

Brasil 14^a Rodada

Licitações de Petróleo e Gás

Seminário Jurídico-fiscal
20.07.2017

VISÃO GERAL DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Artur Watt Neto
Procurador-Geral Substituto



- Contrato mais “leve”
- De 83 para 76 páginas
- Simplificação de procedimentos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO
DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

«NOME_SIGEP»

Nº «NUMERO_CONTRATO»

CELEBRADO ENTRE

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS –
ANP

E

«SIGNATARIA_01_OPERADORA»

«SIGNATARIA_02»

BRASIL
2017

1.2.22. Melhores Práticas da Indústria do Petróleo: Os melhores e mais seguros procedimentos e tecnologias disponíveis na indústria do petróleo e gás natural em todo o mundo, que permitam: (a) garantir a segurança operacional das instalações, preservando a vida, integridade física e saúde humana; (b) preservar o meio-ambiente e proteger as comunidades adjacentes; (c) evitar ou reduzir ao máximo os riscos de vazamento de petróleo, gás natural, derivados e outros produtos químicos que possam ser prejudiciais ao meio ambiente; (d) a conservação de recursos petrolíferos e gasíferos, o que implica a utilização de métodos e processos adequados à maximização da recuperação de hidrocarbonetos de forma técnica, econômica e ambientalmente sustentável, com o correspondente controle do declínio de reservas, e à minimização das perdas na superfície; (e) minimizar o consumo de recursos naturais nas Operações. Para a execução das Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, os Concessionários devem tomar as normas expedidas pela ANP e pelos demais órgãos públicos brasileiros como ponto de partida, incorporando padrões técnicos e recomendações de organismos e associações da indústria do petróleo reconhecidos internacionalmente, sempre que tais medidas aumentem as chances de que os objetivos listados acima sejam alcançados.

Art. 44. O contrato estabelecerá que o concessionário estará obrigado a:

I - adotar, em todas as suas operações, as medidas necessárias para a conservação dos reservatórios e de outros recursos naturais, para a segurança das pessoas e dos equipamentos e para a proteção do meio ambiente;

II - comunicar à ANP, imediatamente, a descoberta de qualquer jazida de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos ou de outros minerais;

III - realizar a avaliação da descoberta nos termos do programa submetido à ANP, apresentando relatório de comercialidade e declarando seu interesse no desenvolvimento do campo;

IV - submeter à ANP o plano de desenvolvimento de campo declarado comercial, contendo o cronograma e a estimativa de investimento;

V - responsabilizar-se civilmente pelos atos de seus prepostos e indenizar todos e quaisquer danos decorrentes das atividades de exploração, desenvolvimento e produção contratadas, devendo ressarcir à ANP ou à União os ônus que venham a suportar em consequência de eventuais demandas motivadas por atos de responsabilidade do concessionário;

VI - adotar as melhores práticas da indústria internacional do petróleo e obedecer às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, inclusive quanto às técnicas apropriadas de recuperação, objetivando a racionalização da produção e o controle do declínio das reservas.

“The use of the word “best” in the context of industry “best practices” is often semantically confusing because “best” very often means “good” industry practices. For example, Brazil’s 2004 model concession contract (Clause 21.1) requires that operators use oil industry “best” practice in protecting the environment and assuring worker safety, but the definition of “best” appears separately in the definitions section (Clause 1.2.22) as those practices and procedures generally used in the international petroleum industry by prudent and diligent operators.

WEAVER, Jacqueline L. *Offshore safety in the wake of the macondo disaster: business as usual or sea change?* 36 HOUS. J. INT'L L. 147 (2013).

CLÁUSULA QUINTA - FASE DE EXPLORAÇÃO

Duração

- 5.1. A Fase de Exploração terá a duração prevista no Anexo II, e constará de um único período.
- 5.2. A Fase de Exploração terá início na data de assinatura deste Contrato e será encerrada:
- a) com o decurso do prazo previsto no Anexo II;
 - b) com a devolução total da Área de Concessão; ou
 - c) para cada área retida para Avaliação de Descoberta:
 - i. com a apresentação da Declaração de Comercialidade; ou
 - ii. com a devolução da área retida para Avaliação de Descoberta.

- 5.11. A ANP poderá, mediante solicitação fundamentada por parte do Concessionário, isentá-lo do cumprimento da parcela do Programa Exploratório Mínimo restante, sem prejuízo à continuidade do Contrato.
- 5.11.1. Como contrapartida à isenção de que trata este parágrafo, o Concessionário pagará um valor correspondente, em pecúnia, a duas vezes o total das Unidades de Trabalho não cumpridas, corrigidas monetariamente pelo IGP-DI ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos do parágrafo 6.2.
- 5.11.2. Cumpridas as condições acima estabelecidas, o Programa Exploratório Mínimo será considerado integralmente cumprido, para todos os efeitos do Contrato.

Prorrogação da Fase de Exploração e Suspensão do Contrato

- 5.12. Durante a fase de exploração, o contrato será automaticamente suspenso caso a ANP não delibere, antes do fim da Fase de Exploração, sobre pedido: (i) de suspensão ou prorrogação da Fase de Exploração; ou (ii) de alterações no Programa Exploratório Mínimo, conforme cláusula 5.5.
- 5.12.1. O contrato ficará suspenso a partir do término da Fase de Exploração até a deliberação em instância final da ANP.
- 5.12.2. Suspenso o contrato, os prazos para apresentação de Declarações de Comercialidade e Planos de Avaliação de Descoberta também estarão suspensos.
- 5.12.3. Durante a suspensão do contrato prevista no parágrafo 5.12, o Concessionário não poderá realizar atividades de exploração na área, salvo prévia e expressa autorização da ANP, caso em que a suspensão será convertida em prorrogação cautelar do contrato.
- 5.13. Durante a execução do Plano de Avaliação de Descoberta aprovado pela ANP, o contrato será automaticamente suspenso caso: (i) haja pedido de alteração do Ponto de Decisão; ou (ii) haja pedido de alteração do termo final do Plano de Avaliação de Descoberta.
- 5.13.1. A suspensão prevista no parágrafo 5.13 ocorrerá caso o pedido não seja deliberado pela ANP até a data originalmente prevista para Ponto de Decisão ou do termo final do Plano de Avaliação de Descoberta., até que a ANP delibere em instância final sobre o pedido realizado.

- 5.15. Se ao término da Fase de Exploração o Concessionário houver iniciado a perfuração de um poço exploratório sem que tenha completado a Avaliação de Poço, a Fase de Exploração será prorrogada até a data de Conclusão de Poço, com um acréscimo de 60 (sessenta) dias para apresentação de eventual proposta de Plano de Avaliação de Descoberta.
- 5.15.1. A solicitação fundamentada do pedido de prorrogação em razão de poço em andamento deverá ser encaminhada pelo Concessionário à ANP com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do término da Fase de Exploração, hipótese na qual o Concessionário fica deste já autorizado a prosseguir com os trabalhos urgentes, salvo deliberação expressa em contrário da ANP.
- 5.15.2. O prazo a que se refere este parágrafo poderá ser reduzido, desde que tecnicamente justificado pelo Concessionário e aprovado pela ANP.

CLÁUSULA SEXTA – CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO E GARANTIA FINANCEIRA

Inadimplemento do Programa Exploratório Mínimo e Fornecimento de Garantia Financeira

- 6.1. Em caso de descumprimento total ou parcial do Programa Exploratório Mínimo, o Concessionário não poderá prosseguir para a Fase de Produção e ficará obrigado a pagar à ANP o valor fixado no Anexo II, por atividade descumprida, a título de cláusula penal compensatória.
- 6.2. O valor da cláusula penal compensatória por Unidade de Trabalho não executada será automaticamente corrigido monetariamente em 1º de janeiro de cada ano civil, pela variação do IGP-DI do ano imediatamente anterior, exceto no dia 1º de janeiro imediatamente posterior à publicação do edital, quando não haverá atualização.
- 6.3. O Concessionário deverá fornecer à ANP garantias financeiras para o Programa Exploratório Mínimo, no prazo estabelecido no edital de licitações, em valor suficiente para cobrir o valor da cláusula penal compensatória correspondente às Unidades de Trabalho inicialmente compromissadas.

6.17.1. O recebimento do valor correspondente à cláusula penal compensatória pela inexecução do Programa Exploratório Mínimo:

- a) não exige o Concessionário do cumprimento das demais obrigações derivadas do Contrato;
- b) não prejudica o direito de a ANP buscar outras reparações e aplicar eventuais sanções cabíveis por atos distintos da mera inexecução do Programa Exploratório Mínimo; e
- c) não dá direito aos consorciados de passarem à Fase de Produção.

18.8.3. No caso de garantia apresentada por meio de fundo de provisionamento financeiro:

- a) o Concessionário deve apresentar à ANP, a cada dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, documentação comprobatória dos aportes realizados, bem como informar o saldo atualizado do fundo;
- b) a ANP poderá auditar o procedimento adotado pelo Concessionário na gestão do fundo de provisionamento;
- c) o saldo apurado após a realização de todas as Operações necessárias à desativação e abandono do Campo reverterá exclusivamente ao Concessionário.

18.8.4. A apresentação de garantia de desativação e abandono não desobriga o Concessionário de realizar, por sua conta e risco, todas as Operações necessárias à desativação e abandono do Campo.

- 28.19. É facultado aos Concessionários constituir, no âmbito de operações de crédito ou contrato de financiamento, garantia sobre os direitos emergentes deste Contrato.
- 28.20. A Concessionária deverá notificar a ANP sobre a operação de garantia prevista na Cláusula 28.19, acima, encaminhando cópia autenticada do respectivo instrumento de garantia, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua assinatura.
- 28.21. A excussão da garantia será feita nos termos da Legislação Aplicável e mediante notificação à ANP nos termos do instrumento de garantia, observado que a transferência de titularidade decorrente da excussão da garantia constitui cessão e depende de prévia e expressa anuência da ANP.

Conciliação

34.2. As Partes se comprometem a envidar todos os esforços no sentido de resolver entre si, amigavelmente, toda e qualquer disputa ou controvérsia decorrente deste Contrato ou com ele relacionada.

34.2.1. Tais esforços devem incluir, no mínimo, a solicitação de uma reunião específica de conciliação pela parte insatisfeita, acompanhada de seu pedido e de suas razões de fato e de direito.

34.2.2. A solicitação deverá ser atendida, com o agendamento da reunião pela outra parte em até 30 (trinta) dias do pedido, nos escritórios da ANP. Os representantes das partes deverão ter poderes para transigir sobre a questão.

34.2.3. Após a realização da reunião, caso não se tenha chegado a um acordo de imediato, as partes terão no mínimo mais 30 (trinta) dias para negociarem uma solução amigável.

34.3. As Partes poderão, mediante acordo por escrito, recorrer a perito independente para dele obter parecer fundamentado que possa levar ao encerramento da disputa ou controvérsia.

34.3.1. Caso firmado tal acordo, o recurso à arbitragem somente poderá ser exercido após a emissão do parecer pelo perito.

Arbitragem

34.5. Após o procedimento previsto no parágrafo 34.2, caso uma das Partes considere que inexistem condições para uma solução amigável de disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, poderá submeter tal questão a arbitragem *ad hoc*, utilizando como parâmetro as regras estabelecidas no Regulamento de Arbitragem (Arbitration Rules) da United Nations Commission on International Trade Law – UNCITRAL e em consonância com os seguintes preceitos:

- a) a escolha dos árbitros seguirá o rito estabelecido no Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL;
- b) deverão ser escolhidos três árbitros. Cada Parte escolherá um árbitro. Os dois árbitros assim escolhidos designarão o terceiro árbitro, que funcionará como presidente;
- c) mediante acordo das Partes poderá ser determinado um único árbitro nas hipóteses em que os valores envolvidos não sejam de grande vulto;
- d) a cidade do Rio de Janeiro, Brasil, será a sede da arbitragem e o lugar da prolação da sentença arbitral;
- e) o idioma a ser utilizado no processo de arbitragem será a língua portuguesa. As Partes poderão, todavia, instruir o processo com depoimentos ou documentos em qualquer outro idioma, nos termos do que decidido pelos árbitros, sem necessidade de tradução oficial;
- f) toda e qualquer despesa necessária à instalação e desenvolvimento da arbitragem, tais como custas e adiantamento de honorários arbitrais e periciais, serão suportados exclusivamente pelo Concessionário. A ANP somente ressarcirá tais valores em caso de condenação final, na forma como decidido pelos árbitros;

34.6. As Partes, em comum acordo, poderão optar por institucionalizar a arbitragem na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ou perante outra câmara de arbitragem notoriamente reconhecida e de reputação ilibada, em consonância com as regras da câmara escolhida, desde que observados os preceitos estatuídos nas alíneas “b” ao “i” do parágrafo 34.5.

34.6.1. As partes terão 30 (trinta) dias para selecionar a câmara de arbitragem. Não havendo acordo, a câmara de arbitragem será definida pela ANP.

34.6.2. Caso a disputa ou controvérsia envolva exclusivamente entes integrantes da Administração Pública Federal, a questão poderá ser submetida à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, da Advocacia-Geral da União.

34.7. As Partes desde já declaram estar cientes de que a arbitragem de que trata esta Cláusula refere-se exclusivamente a controvérsias decorrentes do Contrato ou com ele relacionadas, e apenas é possível para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei nº 9.307/1996.

34.7.1. Consideram-se controvérsias sobre direitos patrimoniais disponíveis, para fins desta cláusula:

- a) incidência de penalidades contratuais e seu cálculo, e controvérsias decorrentes da execução de garantias;
- b) o cálculo de indenizações decorrentes de extinção ou de transferência do contrato de concessão; e
- c) o inadimplemento de obrigações contratuais por qualquer das partes.

Obs: aplicação analógica da lei 13.448 de 5 de junho de 2017

34.7. As Partes desde já declaram estar cientes de que a arbitragem de que trata esta Cláusula refere-se exclusivamente a controvérsias decorrentes do Contrato ou com ele relacionadas, e apenas é possível para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei nº 9.307/1996.

34.7.1. Consideram-se controvérsias sobre direitos patrimoniais disponíveis, para fins desta cláusula:

- a) incidência de penalidades contratuais e seu cálculo, e controvérsias decorrentes da execução de garantias;
- b) o cálculo de indenizações decorrentes de extinção ou de transferência do contrato de concessão; e
- c) o inadimplemento de obrigações contratuais por qualquer das partes.

Obs: aplicação analógica da lei 13.448 de 5 de junho de 2017

Errata

- *Cláusulas 20.6 e 20.14: Menção correta ao índice IGP-DI com periodicidade anual.*

Brasil 14^a Rodada

Licitações de Petróleo e Gás



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis